autuado por cintiacarrer em 19/10/2026 12:14:10.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 758/2026

Realizada a pesquisa a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural.

Decreto Federal nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Decreto Federal nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, que institui o Programa Mais Cultura.

Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Matéria DSP 15518/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 758/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=769934.

autuado por cintiacarrer em 19/10/2026 12:14:10.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício da meia-entrada para estudantes, pessoas com deficiência, jovens de baixa renda e idosos em eventos artístico-culturais e esportivos.

Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989, que assegura o acesso à cultura, a preservação do patrimônio cultural e o dever do Estado de promover ações culturais e educacionais.

Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 15.298, de 8 de janeiro de 2014, que institui o Sistema Estadual de Museus de São Paulo – SISEM-SP.

Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990, especialmente os arts. 191 e seguintes, que dispõem sobre a política cultural do Município.

Decreto Municipal nº 29.683, de 17 de abril de 1991, que cria o Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais – FEPAC.

Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI.

Lei Municipal nº 13.712, de 7 de janeiro de 2004, que dispõe sobre incentivos fiscais a cinemas mediante contrapartidas socioculturais.

Lei Municipal nº 14.406, de 21 de maio de 2007, que institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo.

Matéria DSP 15518/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 758/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=769934.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.472, de 10 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre honrarias, símbolos e matéria correlata, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.897, de 8 de novembro de 2013, que altera o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI.

Lei Municipal nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-MAC.

Decreto Municipal nº 54.883, de 27 de fevereiro de 2014, que regulamenta o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Decreto Municipal nº 55.547, de 26 de setembro de 2014, que dispõe sobre a transferência de equipamentos culturais das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura.

Lei Municipal nº 16.173, de 17 de abril de 2015, que concede isenção de IPTU a teatros e espaços culturais.

Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, que institui o Fundo Municipal de Cultura.

Lei Municipal nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015, que institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.

Lei Municipal nº 16.353, de 7 de janeiro de 2016, que institui o Dia Municipal dos Direitos Culturais.

Lei Municipal nº 16.496, de 20 de julho de 2016, que institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia.

Decreto Municipal nº 57.484, de 29 de novembro de 2016, que institui o Sistema Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura, o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

Lei Municipal nº 16.607, de 29 de dezembro de 2016, que institui o Programa Ruas Abertas.

Matéria DSP 15518/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 758/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=769934.

autuado por cintiacarrer em 19/10/2026 12:14:10.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 16.673, de 13 de junho de 2017, que institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.818, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a identificação de imóveis que abrigaram personalidades ou fatos históricos relevantes.

Lei Municipal nº 16.841, de 9 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de programação contínua nos equipamentos culturais municipais.

Lei Municipal nº 16.874, de 22 de fevereiro de 2018, que cria o Programa Municipal de Incentivo às Comunidades de Samba.

Decreto Municipal nº 58.207, de 24 de abril de 2018, que reorganiza a Secretaria Municipal de Cultura e o Departamento dos Museus Municipais.

Decreto Municipal nº 59.119, de 3 de dezembro de 2019, que regulamenta o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-MAC.

Portaria SMC/Departamento dos Museus Municipais nº 1, de 12 de fevereiro de 2021, que institui o Plano Museológico do Museu da Cidade de São Paulo.

Resolução da Câmara Municipal de São Paulo nº 15, de 2013, que dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura na Cidade de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 19 de outubro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068

Matéria DSP 15518/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 758/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=769934.